

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE ARQUITETÔNICA: OS EQUIPAMENTOS URBANOS JURÍDICOS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Mariana Giunta da Silva, Fernando Sérgio Okimoto, Carolina Lotufo Bueno Bartholomei. – Humanas – Arquitetura e Urbanismo – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

O presente estudo almeja contribuir para a promoção do conceito de acessibilidade aos equipamentos urbanos da cidade de Presidente Prudente – sobretudo do poder jurídico – por meio das leituras arquitetônica e urbanística. O desígnio é promover a possibilidade e condição de uso, com segurança e autonomia, em edificações de uso coletivo às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, observando a aplicação do desenho universal – se os projetos contemplam os acessos necessários, de modo a considerar o ambiente integrado à diversidade humana, ao respeitar as diferenças.

São abordados aspectos referentes ao nível e padrão de acessibilidade oferecida pelas instalações dos seguintes espaços jurídicos: o Ministério Público, o FÓRUM e a Procuradoria Geral – objetos de investigação. Destarte, utilizaram-se as legislações vigentes pertinentes à eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como a norma NBR 9050/2004 estabelecida pela ABNT, em manutenção da inclusão, de fato, de todos os indivíduos. Relevaram-se, ainda, os aspectos e processos de natureza espacial, capazes de deliberar ou acentuar dinâmicas de diferenciação que fomentam a exclusão sócio-espacial, por meio do estabelecimento de diretrizes relativas ao desenvolvimento e produção do espaço construído. Para tanto, inicialmente, fora realizado um levantamento e revisão bibliográfica e técnica cujas referências contribuem para uma perspectiva de uma reflexão teórico-metodológica.

Por meio do Ministério Público, obtiveram-se informações pertinentes aos inquéritos civis instaurados nos edifícios analisados como, por exemplo, o processo de tombamento patrimonial das instalações da Procuradoria. Posteriormente, em vistorias realizadas, constatou-se que, nas referidas edificações, os obstáculos ocorrem em aberturas (portas e janelas), sanitários e acessos aos equipamentos internos (telefones, balcão de atendimento, bebedouros e mobiliário). A partir das visitas, elaboraram-se laudos de vistoria e constatação, cujos princípios são de orientação na eliminação de barreiras arquitetônicas. Desta forma, certifica-se a necessidade de adequações, sobretudo nas áreas de circulação horizontal (entradas e saídas) e vertical (rampas e escadas), bem como nos acessos aos ambientes oferecidos pelos edifícios jurídicos, que se encontram desprovidos de qualquer adaptação ou parcialmente adaptados, todavia, não apresentam adequação às normas e legislação vigentes.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O conceito de Desenho Universal considera a diversidade humana na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de forma a respeitar as diferenças existentes entre as pessoas e a garantir a integração entre produto / ambiente e usuários para que sejam concebidos como sistemas e não como partes isoladas. Para tanto, a concepção do espaço arquitetônico ou urbanístico também deve fundamentar-se nos conceitos de acessibilidade, nas dicotomias entre espaço público e privado, bem como na interação entre o indivíduo com o espaço, de forma a contribuir com o desenho de ambientes adequados ao usuário – suas formas e usos. Nas edificações de uso coletivo, a garantia de acessibilidade está sujeita à eliminação completa das barreiras arquitetônicas, tal como determinam a ABNT NBR 9050/2004 e o Decreto lei nº. 5296 em Dezembro de 2004 que regulamenta as leis federais e municipais – o acesso de pessoas com deficiência às edificações, aos espaços, aos mobiliários e aos equipamentos urbanos. Dessa maneira, a Promotoria de Justiça da Pessoa Portadora de Deficiência de Presidente Prudente instaurou o inquérito Nº 79/05 e a Portaria Nº 06/02, cujo objetivo é promover a acessibilidade ao alvitar a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais

nas edificações do poder jurídico, por meio de vistorias e constatações, em consonância com um planejamento de espaços ergonômico e arquitetonicamente adequados ao uso coletivo. Os edifícios são os seguintes: a Casa do Advogado – OAB, a Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público e o FÓRUM.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO MOTE

Refletir sobre a questão da integração social remete, necessariamente, ao seu reverso – a exclusão. A situação das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida está sujeita às dinâmicas de diferenciação que culminam com a exclusão e discriminação de âmbito sócio-econômico, entrando em conflito com a legislação vigente – criada com o intuito de amparar por dispositivos legais a consolidação e garantia de medidas necessárias ao processo de integração. Urge o olhar sensível e atento sobre o impacto do desenvolvimento urbano na vida das pessoas com deficiência¹. Conforme Guimarães (2004, p. 13), são pessoas comuns que vivem em constante *stress* ao interagir com o meio edificado que não é planejado para suprir as necessidades de todos, inclusive às relativas às deficiências na mobilidade ou na orientação segura por entre os espaços públicos. A dinâmica urbana tem o espaço como lugar de vários acontecimentos, o espaço está em constante modificação, pela influência dos habitantes que ali vivem.

A urbanização compreende a dinâmica de concentração de pessoas e riquezas; as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, além de seu conteúdo social e cultural como discute Resende (2004, p. 16):

Particularmente para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a acessibilidade aos lugares é um dos itens de maior importância para o pleno respeito às suas individualidades. A ausência de acessibilidade reforça preconceitos e, em muitos casos, transfere a deficiência do ambiente para a pessoa, como se o problema fosse a presença daquela ou pessoa e não a escada, ou a porta estreita, ou todas as demais barreiras arquitetônicas existentes.

Contudo, apesar das leis conexas, a garantia de resultados concretos depende de complexa articulação e entendimento de todos os envolvidos direta ou indiretamente, além da constante revisão daquilo que os orienta na promoção da inclusão social e que requerem ações práticas dos poderes públicos, as quais não devem estar alienadas aos interesses políticos, econômicos e privados envolvidos (velados ou explícitos). Para tanto, a instauração do Decreto lei nº. 5296 em Dezembro de 2004 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e a partir deste, torna-se obrigatória à eliminação de barreiras arquitetônicas e adaptação de edifícios públicos, assegurando o desenho universal.

Selecionaram-se como objeto de estudo os edifícios do Poder Jurídico de Presidente Prudente, uma vez que constituem edifícios e espaços de uso coletivo que precisam oferecer garantia de acesso seguro e autônomo a todos os usuários, conforme a Lei Federal 10.098/00 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e a Lei Municipal 11.345/93 dispõe sobre a adequação das edificações à pessoa portadora de deficiência. Em um primeiro momento, foram realizados levantamento e revisão bibliográfica, cujas referências contribuem para uma perspectiva de reflexão teórico-metodológica e

¹ Conforme Ana Paula Crosara de Resende, utilizou-se a expressão “pessoa com deficiência física”, posto que é utilizada na proposta de Convenção Internacional, para que proteja, defenda e promova os direitos humanos das pessoas com deficiência em todo o mundo; esta convenção foi elaborada e discutida em 2003, pela Organização das Nações Unidas – ONU. É usada, também, para indicar que a deficiência é somente mais uma característica dessa pessoa. Aceita-se a denominação pessoa portadora de deficiência, que é utilizada na maior parte da legislação em vigor, todavia, reconhece-se que essa denominação transfere a responsabilidade da deficiência para o indivíduo e para sua família, quando deveria tratá-la como questão de interesse público.

por meio do Ministério Público obtiveram-se as informações pertinentes aos inquéritos civis instaurados, como a necessidade particular de cada caso e urgência.

Posteriormente, foram analisadas as informações obtidas em vistorias realizadas junto à assessoria técnica da Promotoria da Pessoa Portadora de Deficiência do Ministério Público para constatação de obstáculos como: os acessos, as áreas de circulação horizontal e vertical (escadas e rampas), as aberturas (portas e janelas), os sanitários e equipamentos (telefones, balcões de atendimento, bebedouros e mobiliários), apreendidas por meio de imagens digitais e dimensionamento (medidas).

A partir desta análise, a elaboração deste apresenta os resultados obtidos de modo a oferecer propostas e modificações estabelecidas pelas normas nacionais e internacionais, legislação vigente no país e orientações elaboradas pela comissão permanente de acessibilidade (CPA), cujos princípios são de orientação na eliminação de barreiras arquitetônicas nos projetos de edifícios, equipamentos e áreas urbanas através de determinações estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas 9050/2004 que dispõe sobre acessibilidade de pessoas com deficiência.

DIAGNÓSTICOS

Em vistorias realizadas, observou-se que os estabelecimentos jurídicos se encontram desprovidos de qualquer adaptação ao uso da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo a norma NBR 9050/2004. Diante deste fato, urge mencionar que conforme a ABNT, a edificação deve oferecer no mínimo 5% do total de peças sanitárias ou vestiários adequados ao uso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Informa, ainda, que a localização deve ser próxima à circulação principal.

No edifício da **Procuradoria**, verificou-se que os sanitários não estão adaptados para o uso seguro e autônomo da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, uma vez que se encontram desprovidos de barras de apoio, acessos adequados e disposição de mobiliário acessível. A área de espera para o atendimento se estende ao corredor de acesso aos sanitários, o que prejudica e dificulta o ingresso da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida – uma vez que o espaço é inadequado para a área de giro necessária de um usuário de cadeira de rodas, por exemplo – vide imagem I.

Em vistoria à **Procuradoria**, também se investigou quanto à inadequação do uso múltiplo do espaço. Observou-se que no ambiente sanitário os usuários competem por espaço com os equipamentos do serviço de limpeza, que prejudicam o acesso. A instalação do tanque é explicitamente inadequada ao uso do espaço – vide imagem II. Conforme a norma, sanitários e vestiários exigem especial atenção, uma vez que nesses espaços, muitos detalhes construtivos são determinantes para a autonomia e segurança das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, no ambiente sanitário, deve-se garantir a privacidade do usuário e não devem ser mesclados usos diferentes. Desta maneira, elaborou-se uma proposta completa de adaptação para o edifício de modo a contemplar a circulação vertical e horizontal deste com sugestão de instalação de um elevador, bem como barras de apoio e sinalização tátil, além dos sanitários – vide imagens III e IV.



Imagem I – Edifício da Procuradoria.
Circulação e Acessos Prejudicados.



Imagem II – Uso inadequado do Espaço Depósito/Serviço/ Sanitário



Imagem III – Proposta de Adaptação de Sanitário na **Procuradoria Geral do Estado**, instalação de barras de apoio e retirada de material de Limpeza.



Imagem IV– Proposta de Adaptação de Sanitário na **Procuradoria Geral do Estado**, ampliação de passagem na abertura da porta, inclinação de espelho adequada.



Imagem V – Instalação inadequada de elevador - plataforma no edifício do **FÓRUM** em Presidente Prudente.



Imagem VI – Sinalização imprópria de Exclusividade jurídica no uso do equipamento, **FÓRUM**.



Imagem VII – Ministério Público, acesso prejudicado à Promotoria da Pessoa Portadora de Deficiência.



Imagem VIII – E.E. João Sebastião Lisboa, exemplo institucional de adaptação do espaço à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.



Imagem IX – E.E. João Sebastião Lisboa, oferecimento de rampas de acesso e eliminação eficiente de barreiras arquitetônicas.

No edifício do **FORUM** em Presidente Prudente, a instalação do elevador fora elaborada de maneira inadequada, uma vez que não oferece autonomia e segurança ao usuário com deficiência ou mobilidade reduzida – em desacordo com a norma NBR 13994 e legislação vigente, uma vez que o equipamento deve oferecer uma especificação precisa, clara e apropriada para os elevadores, contendo símbolos, alertas sonoros e pictogramas grandes. As necessidades mencionadas anteriormente devem cobrir a diversidade de deficiências e não devem trazer dificuldade para as pessoas não portadoras de deficiências. Em vistoria ao edifício, constatou-se advertência imprópria quanto ao uso exclusivo de autoridades jurídicas, uma vez que o equipamento fora instalado para o uso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida – vide Imagens V e VI.

O acesso à **Promotoria da Pessoa Portadora de Deficiência** no **Ministério Público** de Presidente Prudente é um paradoxo. A Promotoria está instalada no pavimento superior do edifício e seu acesso se realiza, apenas, por meio de escada helicoidal desprovida de segurança – amputação do ser – vide imagem VII. Urge denunciar a falta de preparo e intenção social dos órgãos jurídicos em promover a adaptação de seus locais de estabelecimento – esses deveriam ser referências aos demais edifícios e uso coletivo da urbe. Todavia, a instituição estadual de ensino **E.E. João Sebastião Lisboa** o faz de maneira eficiente. A escola permite e fomenta a percepção do outro de modo a respeitar as diferenças em manutenção da inclusão sócio-espacial do indivíduo deficiente – vide imagens VIII e IX.

Apesar de grande importância, verifica-se que o princípio da acessibilidade nos espaços edificados não é assegurado, uma vez que não se nota aplicação efetiva ou adequada desse nos equipamentos e serviços da cidade, sobretudo nas edificações jurídicas – promotores da lei –, o que pode gerar um significado e uso oposto àquele merecido ou desejado – a expressão maior do direito de ir e vir em promoção da integração social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de. **Município Acessível ao Cidadão**, São Paulo, FUPAM, 2001.
 ADA, Americans with Disabilities Act, **Architectural and Transportation, Barriers Compliance Board**, U.S., ADA, 2000.
 DE RESENDE, Ana Paula Crosara. **Todos na Cidade: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2004, 178p.